

Relatoria Andanças do Patrimônio Etapa Ceará

Cidade: Fortaleza (Ceará).

Data: 29/08/2025.

Local da realização da atividade: Auditório da Pinacoteca do Ceará - Rua 24 de Maio, Nº 34 - Centro, Fortaleza - CE, CEP: 60020-000, Complexo Cultural Estação das Artes.

Relatores: Alexandre José Martins Jacó, Cláudio José Guimarães Saraiva, Jéssica Lilian Rodrigues Furtado, Gabriel Soares do Nascimento, Marcel Soares Andrade, Ana Caroline Alves Parente Nogueira, Shenna Dallen Araújo Timbó.

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:
snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
Linguagem a ser utilizada no trato com comunidades tradicionais. Desconhecimento das demais instâncias governamentais e da população sobre o acesso aos serviços do Iphan.	Definir terminologias para padronizar a comunicação. Uso da “linguagem simples”.
Dificuldade da sociedade no exercício da defesa do patrimônio. Casos exemplares: a) intervenção no Clube Maguary: óbice à participação da sociedade na avaliação do projeto; b) mudança de uso (ressignificação) do antigo Mausoléu Castelo Branco.	Reduzir o argumento de Autoridade dos órgãos de preservação, que podem incorrer em exercício de autoritarismo.
	Formação: além do acerto da linguagem, promover formações nos territórios a respeito das políticas públicas e a respeito da ação dos órgãos de preservação.
	Observar ações bem sucedidas em outros sistemas, a exemplo do SUS, sistema da Educação etc. Estabelecer responsabilidades de cada ente das três esferas, evitando a superposição de atribuições.

	Estabelecer conselhos e fundos municipais, estaduais e federal de patrimônio.
	Garantir ações efetivas para os grupos de detentores. Assegurar que suas atividades serão devidamente valorizadas, apoiadas, e que esses detentores terão garantia de dignidade.
	Garantir a preservação do patrimônio construído. Ações que sejam realizadas junto à rede de educação, abrangendo a juventude, reduzindo o distanciamento entre a política de preservação e a juventude.
Falta de diálogo/articulação de ações de preservação do patrimônio arquivístico promovidas pelo Iphan com o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) / outras instituições, como o Arquivo Nacional e Arquivos Públicos locais.	
	Observar que o SUS se fortaleceu a partir do diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada, garantindo a governança. Discutir a pactuação entre os entes federados, à semelhança do SUS, em cooperação com a comunidade.
Legislação “prende” patrimônio arqueológico ao Iphan. Ações isoladas de grupos de arqueólogos não conseguem montar uma rede. Patrimônio arqueológico extrapola os modelos estabelecidos pelo governo. Dificuldade para construir um diálogo entre a sociedade e os órgãos de preservação.	Os órgãos devem “assumir protagonismo para deixarem de ser protagonistas”.
	Realizar Mapeamento Patrimonial: conhecer, por exemplo, o acervo construído visando a sua reutilização.

	Importância da criação de instrumentos municipais de preservação: fortalecer a atuação local.
<p>Falta de recursos contínuos nos orçamentos municipais.</p> <p>Fragilidade técnica das gestões municipais.</p> <p>Perda de referências culturais, tanto de bens materiais quanto imateriais.</p>	<p>Ampliação da participação da sociedade civil.</p> <p>Fortalecimento do sistema municipal de cultura.</p> <p>Fortalecimento de fomento e incentivo para os detentores.</p>
	<p>Inserir o patrimônio cultural de forma efetiva e afetiva nas escolas.</p> <p>Divulgação profissional nas redes.</p> <p>Promover ações institucionais e sistemáticas, de valorização dos bens culturais na própria comunidade.</p> <p>Pactuação de atribuições entre os entes federados e apuração de responsabilidades no caso de descumprimento de tais atribuições.</p>
<p>Preocupação com relação ao patrimônio (manifestações populares) da cidade de Jardim.</p> <p>Inexistência de Lei local de proteção de manifestações, como a dos Caretas, Maneiro-Pau.</p>	Extensão do trabalho do Iphan a cidades como Jardim.
	Mapeamento das baianas de Acarajé do Ceará.
	Catálogo e escaneamento 3D das pinturas rupestres nas cidades de Uruburetama e Irauçuba.
<p>Considerar que o campo do patrimônio é um dos que mais produzem documentos e arquivos.</p> <p>Costuma-se iniciar pesquisas do “zero”.</p>	Articular acervos institucionalizados e os que não o são, incluindo aqueles construídos pelas comunidades, por exemplo, os incluídos no projeto Patrimônio para Todos.

Criar mecanismos de participação. Há excessivo engessamento do Iphan.	<p>Parceria entre detentores do Teatro de Bonecos e o Iphan tem sido positiva.</p> <p>Criar canais de comunicação entre as unidades do Iphan e a sociedade civil, não apenas consultivos, mas também deliberativos.</p>
	<p>Importância da arqueologia figurar como protagonista no campo do patrimônio cultural.</p> <p>Repensar a gestão e o acesso aos acervos.</p> <p>Equilibrar as questões preservacionistas e o protagonismo das comunidades em relação aos acervos.</p> <p>Dar atenção à questão da repatriação de acervos.</p> <p>Estabelecer escuta das comunidades em relação a essas questões.</p>
	Importância da informação: reconhecer os atores no campo do patrimônio, os arranjos institucionais e as ações locais, incluindo os mecanismos locais nos territórios.
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
<p>Reconhecimento de locais de memória do território Pitaguary em Maracanaú, Pacatuba e Maranguape.</p> <p>Aplicação coerente e criteriosa da PNAB e outros programas federais, estaduais e municipais direcionados para agentes culturais do referido povo.</p>	Os territórios e os locais de memória do povo Pitaguary precisam ser identificados e preservados com apoio federal, estadual e municipal.
<p>Pauta da acessibilidade:</p> <p>É comum que gastos com restauros ou obras de edificações tombadas não</p>	Garantir a obrigatoriedade da acessibilidade em edificações tombadas, em especial, quando de obras de restauro.

<p>estejam previstos em projetos de acessibilidade. Geralmente, justificado pelos valores estéticos.</p>	<p>Garantir que seja investido em projetos de acessibilidade</p> <p>É imperativo haver recursos financeiros para a realização de estudos sobre os grupos historicamente excluídos (patrimônio das infâncias, dos idosos). Imprescindível que o pesquisador que vai trabalhar com esses grupos/comunidades seja sensível e capaz de realizar a pesquisa.</p>
<p>A escuta deve chegar aos territórios de forma participativa e comunicativa (e.g. comunidade do Poço da Draga).</p>	<p>Reconhecimento e importância da formação profissional voltada para a educação patrimonial.</p> <p>A educação patrimonial é fundamental para o acesso ao patrimônio cultural.</p>
<p>O movimento deve ser “daqui pra lá” quando se discute equidade e respeito.</p> <p>Instituições com pensamento eugenista e racista com a guarda do Patrimônio Arqueológico.</p>	<p>É fundamental que as comunidades reivindiquem os seus direitos patrimoniais e direito a gerir os seus patrimônios.</p> <p>Encaminhar mudanças e adequações.</p> <p>Proporcionar um diálogo horizontal com as comunidades ligadas a esses acervos.</p>
<p>Gestores educacionais com uma determinada perspectiva religiosa e que compromete a consciência da comunidade e não promove o respeito às outras religiões e outras percepções de vida.</p> <p>Persistência do desrespeito e práticas racistas em torno das manifestações afro-brasileiras (ex.: Capoeira).</p>	<p>Necessário a cooperação entre as instituições de cultura e preservação no trabalho mais próximo à Secretaria de Educação na promoção do respeito ao Patrimônio Afro-brasileiro.</p>
<p>Municípios cearenses sem práticas e qualificação quando o tema é patrimônio.</p>	<p>É necessário o Iphan convidar os diferentes grupos sociais/organizações sociais dos territórios para trabalhar a</p>

	educação patrimonial e a preservação do patrimônio.
<p>O Iphan responde às questões que envolvem a remoção dos indígenas do seu território (Caucaia)?</p> <p>Recorrência em relação à alienação de terras indígenas.</p>	<p>“O Patrimônio Somos Nós!”</p> <p>Necessidade de debater e conversar com o Iphan para termos um espaço público para nossa cultura indígena em Caucaia.</p>
<p>O título “para o povo e pelo povo”, ou seja, de certo modo pode ser uma “postura de substituição” do que as pessoas realmente almejam.</p> <p>A sociedade civil solicita muitas demandas do poder público e não sabemos se será atendido.</p>	<p>Potencial que o Brasil tem com a diversidade do Patrimônio material/imaterial/natural.</p> <p>Oportunidade de estar juntos (comunidade civil e instituições públicas) e promover uma força civil coletiva em torno da preservação desses patrimônios.</p>
	<p>Solicitação do reconhecimento da profissão de rendeira.</p> <p>Solicitação do reconhecimento como patrimônio imaterial das rendeiras e das comunidades tradicionais de pescadores artesanais do Litoral Oeste (Trairi).</p>
<p>O Iphan precisa ter mais cuidado ao chegar nos territórios e comunidades.</p> <p>Questões de posse legal dos territórios quilombolas.</p> <p>Reconhecimento e familiaridade quanto às particularidades da comunidade local antes da execução de programas e fiscalizações.</p> <p>Museu do Cumbe: esclarecimento sobre a propriedade real e o acesso do público.</p>	<p>Visitar e conhecer de fato as comunidades e os territórios e só então construir os projetos em coletividade mantendo o contínuo diálogo com a comunidade.</p>

<p>O mote de que a gente trabalha “com”/“para” a comunidade: estamos atrasados.</p> <p>É uma imposição da sociedade essa discussão de como se fazer políticas de preservação com a comunidade.</p>	<p>A necessidade de criar uma grande teia que una questões referentes à tríade: Gestão do patrimônio local - Recursos - Diálogo, que já existe e é efetivo nessas comunidades.</p> <p>Precisamos chegar “desarmados” para o diálogo com as comunidades.</p>
	<p>Difusão do Patrimônio Cultural mediante parcerias entre o Iphan e a Academia Cearense de Letras, a Fortaleza Cearense de Letras e outras academias municipais para produção de material sobre os temas do Patrimônio Cultural.</p> <p>Pensar projetos/programas para a inclusão das 126 mil pessoas com autismo nas políticas patrimoniais.</p>
	<p>Identificar e salvaguardar a ancestralidade (mestres e mestras) no forró.</p> <p>Discutir questões que envolvem os temas sobre a memória, o território e o corpo do forró.</p> <p>Definir o que é “forró raiz” e suas matrizes em relação a outros tipos.</p> <p>Uso de conhecimento de povos tradicionais por terceiros.</p> <p>Qual é o território do forró? <i>“Eu sou o território!”</i></p>
<p>Grandes empreendimentos (eólicas em terra e offshore, usinas e data centers): como o Iphan pode agir na defesa do território e da dignidade das comunidades afetadas.</p>	<p>Acessar protocolos de consulta das comunidades tradicionais e povos originários já existentes antes de atuar.</p> <p>Assegurar o território e a permanência das comunidades tradicionais.</p> <p>Reconhecimento os Inventários Participativos da Cultura Alimentar realizados no estado, para além de instrumentos de educação patrimonial,</p>

	<p>para a formulação de políticas públicas e planos técnicos de salvaguarda.</p> <p>Necessidade de um espaço de escuta e diálogo com a população LGBTQIAPN+</p>
<p>Vivemos um contexto de ataques à História e negacionismos.</p>	<p>Garantir a representatividade de indígenas, quilombolas e de outras comunidades e segmentos nos conselhos patrimoniais.</p> <p>Imperativo entender o Patrimônio como conjunto de direitos à serem garantidos: o Direito à História!</p> <p>Pensar e garantir o Direito à cidade (haver articulação com os planos diretores das cidades).</p>
<p>Dificuldade de acesso aos equipamentos culturais.</p> <p>Desconhecimento do que é o Iphan.</p>	<p>Oportunizar e garantir o acesso e a participação da sociedade civil nos debates sobre o patrimônio cultural através da criação de Fóruns Regionais.</p> <p>É preciso haver uma pactuação entre Secult e o Iphan em promover os Fóruns Regionais em parceria.</p> <p>Que o Iphan passe a ter representatividade no espaço que é a Secult.</p>
<p>Impacto dos grandes empreendimentos: caso da Barragem do Castanhão, em que dezenas de sítios arqueológicos foram “arrasados” com a barragem, assim como, saberes e fazeres “desmantelados” na região.</p>	<p>Solicitar medidas reparatórias econômicas e do patrimônio cultural aos grandes empreendimentos que impactaram negativamente o Patrimônio e as comunidades.</p>
<p>O acarajé não é contemplado nas políticas de cultura alimentar daqui porque não o vêem como uma cultura alimentar de terreiro e sim como comida baiana.</p>	<p>Sugestão de que haja agentes de cultura para segmentos específicos como a cultura alimentar de terreiros e outras situações parecidas.</p>

	Todos os órgãos de cultura precisam se atualizar e aderir às novas tecnologias para apresentação, divulgação e preservação dos bens culturais nas plataformas digitais de forma responsável e técnica.
	Inserir, através de lei, o Patrimônio Cultural, como disciplina obrigatória a ser aplicada desde o ensino fundamental até a graduação, para que este patrimônio não seja explanado apenas como tema transversal.
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
Estabelecer uma tabela de mercado para agentes que trabalham no campo do patrimônio (PAIPA/RAIPI).	Capacitação e inclusão da contratação de Turismólogo na construção de planos/projetos culturais nas comunidades.
Pensar a salvaguarda atrelada à sustentabilidade financeira dos patrimônios imateriais, como os alimentares. Desigualdade de gênero no pagamento dos participantes. Sazonalidade de alguns movimentos. Dependência de auxílio governamental (Bolsa Família).	Valores de pagamento (com tabelamento mínimo nos estados/municípios)
	Sustentabilidade nos territórios: Valorização dos territórios (artesanato/ cultura alimentar) através do turismo de base comunitária visando a preservação do território. (ex.: visita guiada no território Pitaguary).
Transformar a política do Patrimônio em Política de Estado.	Garantir orçamento é fundamental.
Demanda por estruturação desses espaços para minorar a degradação desses espaços - Estruturação dos	

<p>Sítios - Necessidade de apoio e orçamento.</p> <p>Necessária articulação e Participação Comunitária inclusive para pensar a socialização de sítios.</p> <p>Levar em consideração as práticas e os saberes comunitários.</p> <p>Conflito: Turismo em territórios sagrados - imperativo o diálogo com a comunidade implicada no processo de socialização.</p>	
	<p>Cursos de formação para a capacitação dos agentes, oportunizando caminhos para geração de renda continuada para esses sujeitos.</p>
<p>Difícil lidar com o desenvolvimento econômico - na integração da gestão pública.</p> <p>A aplicabilidade é uma questão complicada.</p> <p>Capacitar os gestores públicos sobre a importância da Economia Criativa (fomento e desenvolvimento).</p>	
<p>Como evitar a precarização do trabalho dos agentes da cultura?</p> <p>Como aproveitar melhor os bens edificados da cidade?</p> <p>As especificidades e identidades locais estão sendo evidenciadas no campo do Patrimônio Cultural?</p>	
<p>Não existem parcerias e convencimento de agentes externos à comunidade (financiamento).</p>	<p>É preciso localizar onde está o dinheiro (parceiros da iniciativa privada) visando um crescimento orgânico das comunidades.</p> <p>Convencimento a fim de trazer pessoas e entidades de fora da comunidade para contribuir.</p> <p>Documentação da vida cotidiana da comunidade e trazer visibilidade.</p>

	Criação de um calendário mensal ou anual de eventos patrimoniais das comunidades.
Como o patrimônio pode ganhar dinheiro?	Criação de objetos-réplicas de bens patrimonializados a fim de publicizá-los junto ao grande público e reverter o dinheiro da compra desses objetos para as comunidades.
Comunidades tradicionais com dificuldade de obter recursos. Fortalecer o trabalho de base das comunidades onde o governo não alcança.	Delegar aos municípios essa iniciativa de se aproximar das comunidades e fortalecer o trabalho de base.
Falta de investimento do público a ações exitosas de Economia Solidária nos territórios - Igreja dos Pretos ex.: Quarta de Iansã (evento calendarizado/mensal) As pessoas têm dificuldade de conseguir se formalizar.	Formação de redes entre os grupos que atuam isolados. Apropriação e uso social dos equipamentos disponíveis/indisponíveis. Pensar uma formalização desses grupos/coletivos.
	Identificar formas distintas de captar recursos e se financiar. Autonomia financeira de cada grupo é o maior desafio. Sustentabilidade financeira junto com a sustentabilidade afetiva.
É comum que nos projetos que envolvem “turismo comunitário” haja situações de exploração do território ao invés de oferecer uma devolutiva e/ou retorno real para a comunidade. A comunidade é explorada e recebe pouco em troca.	
Turismo predatório. Transtorno à população, fauna e flora. Uso da causa indígena para fins políticos sem a preocupação com o apoio à comunidade.	Refletir e criar política pública que de fato atenda as implicações do meio ambiente.
Dificuldade do nordeste em captar recursos em oposição à uma maior “facilidade” do sudeste.	Ampliar a captação da Lei Rouanet pelo próprio Minc.

	Estado deveria ser o responsável por recolher o dinheiro (captar) e redistribuir entre os agentes culturais.
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades
Sobre a demolição da ponte velha do Poço da Draga, é sugerido que haja estratégias para lidar com o arruinamento com relação ao intemperismo.	Surgimento de disciplinas em universidades para trabalhar e discutir os assuntos voltados às mudanças climáticas e sua influência sobre as edificações (exemplo: estudos de ruínas).
	<p>Uso da educação patrimonial e ambiental em parceria com as escolas sobre a história local, patrimônio cultural e formação de atitudes de proteção desses bens diante dos problemas decorrentes das mudanças climáticas (exemplo: visitas de turmas nos conjunto e edificações tombadas).</p> <p>Fortalecimento de políticas de preservação dos sítios arqueológicos e maior conhecimento/destaque científico, usado como identidade (exemplo: parque da sabiaguaba) para fortalecimento de sua proteção.</p>
<p>Problemática em território indígena: desmatamento ilegal, cuidado com os recursos hídricos, mineradoras que causam danos na região, assim como empreendimentos.</p> <p>Municípios que negligenciam a preservação do ambiente indígena, como por exemplo, a falta de recursos destinados a esse fim.</p>	
	<p>Maior abrangência de área fiscalizada e frequência de fiscalização de obras e empreendimentos em áreas de proteção ambiental e do patrimônio cultural (bens tombados imóveis, conjuntos, sítios arqueológicos, dentre outros).</p>

	Sítios arqueológicos como destaques na área de proteção ambiental e como elementos de identidade.
	Plano de mapeamento hídrico (nascentes, rios, etc) pensando em plano de preservação para área e na sua influência direta e indireta sobre o patrimônio cultural diante das consequências
	Plano de restauro, revitalização e conservação de edificações sem uso, os quais se encontram em arruinamento.
	Demarcação de terras das comunidades que promovem o processo de preservação ambiental e da cultura (exemplo: territórios indígenas e quilombolas).
	Preservação de elementos naturais que fazem parte de território sagrado, tradições e de manifestações religiosas.
As intervenções das áreas afetam as comunidades locais e impactam a rotina local, assim como o patrimônio existente.	
Festa de Santo Antônio, em Barbalha, como manter diálogo com a comunidade sobre os impactos ambientais de algumas práticas	
O aumento da temperatura tem impactado as edificações em Fortaleza.	Se faz necessário pensar em todas as esferas públicas meios que possam diminuir as consequências causadas por esse aquecimento como por exemplo: plantio de árvores.
	Definir poligonal de proteção climática e estudos sobre a influência das intempéries sob essas edificações tombadas (exemplo: prevenção a incêndios, inundações, gentrificação, etc) a partir de instrumentos legais.

<p>Ausência de coleta de lixo e outras infraestruturas adequadas para tratamento de resíduos e qualidade de água nas comunidades (aplicação de instrumentos do SUS em conjunto com as políticas de preservação do patrimônio cultural), conscientização dos entes para o atendimento dessas áreas dos serviços de tratamento de água e de resíduos e promoção da educação ambiental voltada para a comunidade a fim de que eles possam ajudar na proteção dos seus recursos locais.</p>	
<p>Implantação de grandes empreendimentos para geração de energia (exemplos: usinas eólicas, barragens, hidrelétricas, dentre outros) e sua influência, principalmente, na proteção dos sítios arqueológicos e nas comunidades tradicionais, apesar de algumas delas serem pensadas como meios sustentáveis de produção de energia elétrica, ainda sim, apresentam algumas questões as quais são necessárias discussões sobre a preservação do patrimônio cultural.</p>	
	<p>Produção de estudos técnicos e responsabilização dos responsáveis pela liberação da implantação de usinas eólicas e que por consequência, atinge as comunidades inseridas nos arredores dessa implantação, a ponto de gerar a sua evasão.</p>
	<p>Tombamento como estratégia de preservação dos territórios, práticas e tradições, dar direito do povo do seu próprio território e preservação das relações culturais e do meio ambiente.</p>
<p>O gari, catadores e centros de coleta seletiva dos resíduos é um grande</p>	

agente de preservação. Como esses agentes estão sendo tratados? Como a informação e o reconhecimento financeiro chegam até eles?	
Especulação imobiliária, loteamentos e/ou potencial de extração de recursos ambientais em conjuntos tombados, áreas/territórios indígenas e quilombolas.	
Políticos que não atuam a favor da proteção de áreas de interesse das comunidades e de interesses sobre o patrimônio tanto cultural quanto ambiental.	
Pensar em ações conjuntas entre os entes federados e a sociedade civil, a fim de utilizar a expertise do conhecimento e poder intersetoriais de todas as áreas. Trazer os estudiosos e pesquisadores para trabalhar conjuntamente.	
	Comunicação com qualidade e efetiva entre a sociedade civil e o governo. Fazer a devolutiva das pesquisas realizadas nas comunidades.
	Criar projetos que envolvam as comunidades da Fortaleza Verde, arborização urbana com hortas, jardim da memória e plantas medicinais/frutíferas, um sonho vivo com os diversos segmentos.